

CLIPPING



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

imprensa@tce.go.gov.br

www.tce.go.gov.br

3228-2699





GIRO



**Caio Henrique
Salgado**

caio.salgado@opopular.com.br

Semsinal

O governo estadual ainda não definiu data para a conversa com o presidente da Assembleia Legislativa, Lissauer Vieira (PSB), sobre o Regime de Recuperação Fiscal (RRF).

Em espera

Repercutiu pouco a proposta de Lissauer de criar uma comissão para analisar o RRF e buscar alternativas. Na Assembleia, a avaliação é a de que poderes e órgãos aguardam o governo trazer o assunto à tona.



Caiado diz contar com a União para cassar Enel

ENERGIA ELÉTRICA Governador Ronaldo Caiado (DEM) pede apoio do governo federal para “medidas enérgicas” contra empresa e fala em reverter processo de privatização da companhia

Katherine Alexandria
katherine.alexandria@opopular.com.br

O governador Ronaldo Caiado (DEM) se reuniu ontem em Brasília com os ministros da Secretaria de Governo da Presidência, Lulz Eduardo Ramos, e de Minas e Energia, Bento Albuquerque. A pauta das duas reuniões foi o desempenho da Enel Distribuição Goiás. Como resultado, teria recebido sinalização do governo de Jair Bolsonaro (PSL) de que medidas mais duras e até mesmo a cassação da concessão da empresa italiana podem ser adotadas.

Desde o início do ano, o governo Caiado busca o apoio federal da União, que é o poder concedente, para a melhoria do serviço de distribuição de energia elétrica da antiga Celg Distribuição, privatizada no governo de Marconi Perillo (PSDB), em 2016. Conforme publicou em suas redes sociais, o governador defende que há “grave crise energética em nosso Estado, desde que a Enel assumiu”.

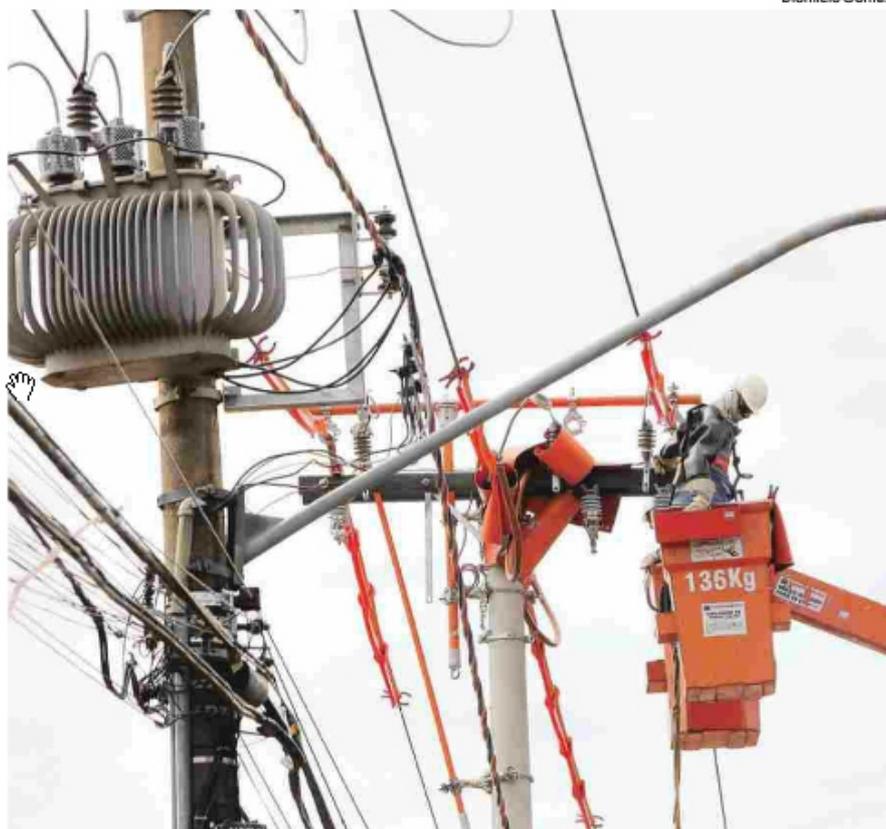
Caiado divulgou, no início da tarde de ontem, que o ministro Ramos teria afirmado que o “governo federal tomará medidas enérgicas caso o problema

não seja solucionado pela Enel”. O pleito, dessa vez, estaria respaldado em fiscalização realizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Um relatório apontaria que a empresa italiana não apresentou os resultados esperados.

Porém, ao fim do dia e da reunião no Ministério de Minas e Energia, o governador informou ao POPULAR que não poderia mais dar detalhes sobre as reuniões, pois o ministro Albuquerque teria pedido que “mantivesse a conversa dentro de uma análise técnica”. Assim, preferiu não comentar os debates e o que o governo federal teria de fato sinalizado.

A reportagem não obteve retorno do governo federal sobre o assunto. A Aneel também respondeu que não iria comentar. Antes do silêncio das partes envolvidas, o governo estadual informou que o ministro Ramos teria se comprometido a ajudar na busca por soluções imediatas, o que inclui rever a privatização e iniciar o processo para escolha de um novo controlador privado. Isso caso a empresa não apresente uma solução.

“A péssima qualidade do serviço impede o crescimento industrial, deixa cidades inteiras no escuro, e desde que assumimos a gestão temos recorrido à empresa para que tome alguma solução. Nada feito”, informou Ronaldo Caiado nas redes sociais. Em fevereiro, também após reuniões do governador na capital federal, a Aneel determinou à Enel a apresentação de plano emergencial de resgate da qualidade. Isso foi feito e previa a aceleração das iniciativas com foco na qualidade do fornecimento e no aumento da oferta de energia no Estado. Entre as soluções mais



Equipe da Enel Distribuição faz manutenção em rede de alta tensão na Avenida Guarapari, no Jardim Atlântico

complexas estão construção e ampliação de subestações e aumento de capacidade, a partir do ano que vem.

Em nota, a Enel Brasil informou que não recebeu notificação do governo federal em relação à concessão da distribuidora em Goiás. Já sobre o desempenho, diz que desde que assumiu o controle investiu 3,5 vezes mais do que os níveis históri-

cos anteriores à privatização, “com melhorias significativas nos índices de qualidade medidos pela Aneel”. Cita que o índice de duração média das interrupções de energia (DEC) melhorou 21% e o indicador de frequência das quedas (FEC), 39%.

“Como resultado desse plano de investimento, a Enel Distribuição Goiás recentemente foi premiada, pelo segundo

ano consecutivo, como melhor distribuidora na categoria Evolução do Desempenho da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee). A companhia continuará investindo na expansão da capacidade de energia e na modernização da rede elétrica para melhorar a qualidade do serviço em todo o Estado de Goiás”, diz na nota.

“

A péssima qualidade do serviço impede o crescimento industrial, deixa cidades inteiras no escuro”

Ronaldo Caiado (DEM),
governador do Estado de Goiás



Dívida estadual recua, mas déficit da Previdência do setor público cresce 33%

A se considerar os critérios técnicos estabelecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para enquadramento dos Estados no Regime de Recuperação Fiscal (RRF) e caso venha a se esgotar a via judicial, Goiás terá que buscar outros caminhos para ajustar suas contas, considerando-se aqui a perspectiva de “caos fiscal” desenhado pelo governo. Entre outras razões porque a dívida fiscal líquida do Estado recuou levemente entre dezembro do ano passado e junho deste ano, o Estado voltou a operar com alguma disponibilidade de caixa, já descontados os restos a pagar processados, e o superávit primário, conforme detalhado na edição de ontem deste jornal, tem crescido de forma acentuada neste ano (ainda que às custas de cortes severos nos investimentos e forte “desidratação” no acerto de restos a pagar de exercícios anteriores).

Na contabilidade do primeiro semestre, apenas para recordar, os investimentos pagos desabaram 81,1%, encolhendo de R\$ 274,395 milhões nos seis primeiros meses de 2018 para R\$ 51,954 milhões. O total de restos processados e não processados pagos no período, na mesma comparação, caiu 38,4%, passando de R\$ 1,653 bilhão para R\$ 1,019 bilhão. Com o arrocho nas

despesas, o governo conseguiu gerar uma disponibilidade de caixa líquido na faixa de R\$ 662,539 milhões ao longo do semestre, o que se compara a um caixa zerado em dezembro de 2018 (na verdade, a conta havia sido negativa, já que o estoque de restos a pagar processados, próximo a R\$ 2,094 bilhões, superava a disponibilidade bruta de caixa, que havia alcançado R\$ 1,557 bilhão, deixando um saldo negativo de R\$ 536,446 milhões).



Abaixo do teto

Em junho deste ano, o saldo bruto de caixa aumentou 34,4% frente a dezembro (e ainda 33,4% em relação a junho de 2018), atingindo R\$ 2,093 bilhões, suficiente para cobrir com folga o estoque de restos a pagar processados, que somou R\$ 1,430 bilhão, em queda de 31,7% em relação a dezembro passado (mas 206,2% maior do que em junho de 2018). O dado concreto e mais relevante para o debate em relação às possibilidades (ou

não) de enquadramento do Estado no RRF é que a dívida líquida recuou 1,52% desde dezembro de 2018, saindo de R\$ 19,635 bilhões para R\$ 19,337 bilhões. A relação entre dívida líquida e receita corrente líquida, da mesma forma, cedeu de 92,19% para 89,49% (lembrando que o teto autorizado pelo Senado corresponde a duas vezes a receita líquida acumulada em 12 meses).



Saneago vai vender 49% de ações só depois de privatizar Celg GT

Bolsonaro pretende reverter venda da Celg para a empresa italiana Enel ao mesmo tempo em que governo de Goiás prepara a venda de um dos braços da empresa

Raphael Bezerra
Especial para O Hoje



Governo de Goiás prepara a venda de 49% das ações da empresa para arrecadar capital. Abertura, se dará após venda da Celg GT

A oferta de 49% do capital da Companhia Saneamento de Goiás S/A (Saneago) só deve ocorrer após a venda da Celg GT, responsável pela geração e transmissão de energia, que deve ocorrer ainda este ano. O governador Ronaldo Caiado (Democratas) afirmou ontem em Brasília que a negociação do braço da antiga Celg, vendida para a italiana Enel, está em processo final de venda.

Durante o balanço dos seis meses da empresa, Caiado havia sinalizado o desejo de vender parte do capital da Saneago sem perder o controle da empresa. A companhia deve realizar uma oferta pública inicial de ações (IPO) da empresa, mas a preocupação é que o valor apurado esteja de acordo com o valor da estatal goiana.

"Inicialmente, para ela (Saneago) poder se viabilizar, o pensamento é de colocá-la na bolsa no sentido de venda de ações, fazer um IPO", disse o governador de Goiás.

Segundo Caiado, a empresa sofreu com corrupção e agora representa um custo muito alto para o governo. Por isso, acrescentou ele, algumas mudanças estão sendo feitas para que a empresa não seja vendida a preço de "fim de feira".

A venda das ações da empresa, no entanto, ainda não tem uma data definida, principalmente por causa da preocupação do Governo com os recentes eventos que a companhia foi envolvida.

"Estamos fazendo as mudanças necessárias, ela não pode ser exposta a uma venda sem ter as condições mínimas, como os contratos com as prefeituras. Ela não pode ser colocada como uma empresa no sentido de ser

ali fim de feira, não é isso", ponderou. "A Saneago não pode ser vendida no 'fim de feira'. A empresa foi vítima de corrupção e queremos antes resgatar a sua credibilidade", acrescentou o governador.

Ainda durante a campanha, Ronaldo Caiado afirmou que não iria privatizar a Saneago, por compreender que a venda da Celg foi um erro para o Estado. Por isso, ele aposta na abertura de capital para angariar recursos e cumprir com investimentos necessários. "Qualquer empresa que tenha controle de 51%, é o proprietário dela, isso faz com que possa buscar capital e ao mesmo tempo reinvestir numa grande demanda que você tem".

Regime de Recuperação

A venda de estatais é uma das condições para que o Estado faça adesão ao plano de socorro do governo federal, chamado de Regime de Recuperação Fiscal (RFF). O RFF permite a suspensão dos pagamentos da dívida estadual com a União por até três anos, em troca de medidas de ajuste fiscal. O regime foi aprovado em julho de 2017 pelo Congresso, mas o único Estado que conseguiu atender aos requisitos do programa foi o Rio de Janeiro, que formalizou a adesão em setembro do mesmo ano.

O Governo de Goiás, entretanto, conseguiu uma medida liminar do Supremo Tribunal Federal (STF), concedida pelo Ministro da corte

Gilmar Mendes, para que o Tesouro Nacional autorize a entrada do estado no regime.

"A liminar diz que o Goiás cumpre os requisitos para solicitar a entrada no RRF. Agora cabe ao governo do Estado aprovar as leis com o plano de controle de despesas, a venda de estatais e a redução de benefícios do ICMS", afirmou Mansueto Almeida, secretário do Tesouro Nacional.

Caiado disse que a "asfixia" financeira do Estado faz com que o governo goiano dependa não apenas da aprovação da reforma da Previdência – com abrangência que incluía os servidores estaduais – mas de outras ações da União. "Não é querer transferir os problemas do Estado para a União, mas tentar achar uma solução conjunta. Não posso ser penalizado por situações anteriores que não tiveram a ver com esse governo", afirmou.

“O pensamento é de colocá-la na bolsa [de valores] no sentido de venda de ações, fazer um IPO”, Caiado



Jair Bolsonaro tentará reverter venda da Celg

Informação foi divulgada ontem na coluna Radar da revista Veja

Wellinton Carlos da Silva

A revista "Veja", em sua coluna "Radar", disse ontem, 30, que a gestão do Governo Jair Bolsonaro tentará desfazer a venda da Celg, empresa estatal goiana repassada para a Enel por R\$ 2,1 bilhões em 2016.

A Celg era a empresa mais antiga e duradoura de Goiás, criada em 1955 na gestão de Pedro Ludovico. Considerada um orgulho pelos goianos, nos últimos 20 anos foi completamente sucateada. Conforme a informação,

o governador Ronaldo Caiado (DEM) estaria descontente com os serviços prestados pela empresa sob comando da multinacional italiana.

Ele se reuniu hoje com Luis Eduardo Ramos, ministro da Secretaria de Governo, e recebeu "aval" para divulgar que o Governo Federal articula a cassação da concessão dos serviços da multinacional. O estado teria duas ações: ou refazer o processo licitatório de venda, com garantias para o povo goiano, ou assumir os serviços de volta.

A primeira hipótese é a mais factí-

vel, já que Goiás enfrenta hoje grande endividamento e necessita cumprir requisitos para aderir ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), que ordena a privatização, desde que atenda aos interesses do Estado e não gere prejuízos para a população.

GOVERNADOR

Hoje ainda o governador deve se reunir com o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, tendo em vista escolher a melhor solução para o caso. Jair Bolsonaro se mostrou sensível ao fato de que os empre-

sários e demais usuários goianos têm reclamado da qualidade dos serviços. Mesmo com a venda, a qualidade é considerada uma das piores do Brasil.

A comercialização da Celg se deu envolvida em polêmicas, já que Caiado, quando atuava como senador, denunciou suposto desmonte da estatal, que beneficiaria politicamente o governador Marconi Perillo (PSDB) nas eleições de 2018.

O que sobrou da venda da Celg teria sido usado no programa "Goiás na Frente", hoje denunciado como principal responsável pe-

las obras paradas em Goiás.

Após o anúncio da venda da Celg D, em 2016, o Ministério Público de Goiás iniciou uma investigação para saber onde estavam os recursos, já que existe ainda a suspeita de que a venda culminou com prejuízos para Goiás.

Nos últimos meses, o segmento produtivo apresentou reclamações contra os serviços prestados, já que a principal contrapartida para a privatização seria o investimento na melhoria dos produtos oferecidos pela empresa.